



GABRIEL WEDY

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRECAUÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TUTELA DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE PÚBLICA

(de acordo com o Direito das Mudanças
Climáticas e dos Desastres)

Prefácio

Vladimir Passos de Freitas

Apresentação

José Rubens Morato Leite

Depoimento

Juarez Freitas

Posfácio

Lenio Luiz Streck

3ª edição

Área específica da obra

Direito Ambiental

Áreas afins do livro

Direito Ambiental, Direito das Mudanças Climáticas,
Direito dos Desastres, Direito Constitucional

Público-alvo/consumidores da obra

Operadores do direito (juízes, advogados e
representantes do Ministério Público), professores,
pesquisadores de pós-graduação em direito,
graduandos e todos que atuem profissionalmente na
área do direito ambiental.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001742

Depoimento

O livro de Gabriel Wedy sobre o princípio constitucional da precaução é uma obra das mais relevantes e recomendáveis. Já porque discorre, com fluência de estilo e elevado discernimento crítico, sobre o conceito-chave da precaução (apontando, com rigor, as diferenças em face do princípio da prevenção). Já porque tece, com acuidade e brilho, o vínculo teórico e consequencial entre o princípio da precaução (mediante judicioso exame dos elementos da incerteza científica, do risco de dano e da inversão do ônus da prova), proporcionalidade (como vedação de excesso e de inoperância) e a tutela efetiva da saúde pública e do meio ambiente, temas decisivos e cruciais para o direito público no século XXI. Tudo isso em texto que inclui, como pano de fundo, o arejado estudo da evolução afirmativa do princípio em apreço, sempre em diálogo com as melhores fontes. Ademais, a par da abordagem teórica, o autor não descarta da desafiadora aplicação, nem do exame de casos complexos do mundo real. Oferece, nessa perspectiva, uma contribuição de peso a propósito da precaução e da causalidade jurídica, além de tecer, com lastro hermenêutico seguro e consistente, valiosos comentários sobre o princípio em tela e a responsabilidade do Estado por condutas omissivas e comissivas. Uma obra, portanto, que deve ser lida e meditada, pois pode muito contribuir para a afirmação do Estado Constitucional que, em vez da inércia, deve assumir o verdadeiro engajamento com a promoção do desenvolvimento que importa, isto é, o desenvolvimento em harmonia com o primado eficaz dos princípios, objetivos e direitos fundamentais.

Prof. Dr. Juarez Freitas (PUCRS, UFRGS)
Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos
de Direito Público

W393p Wedy, Gabriel

O princípio constitucional da precaução como instrumento de tutela do meio ambiente e da saúde pública: de acordo com o Direito das Mudanças Climáticas e o Direito dos Desastres / Gabriel Wedy. 3. ed.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

255 p.; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-85-450-0768-5

1. Direito Ambiental. 2. Direito das Mudanças Climáticas. 3. Direito Constitucional.
I. Título.

CDD 44.046
CDU 349.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

WEDY, Gabriel. *O princípio constitucional da precaução como instrumento de tutela do meio ambiente e da saúde pública*: de acordo com o Direito das Mudanças Climáticas e o Direito dos Desastres. 3. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 255 p. ISBN 978-85-450-0768-5.

Gabriel Wedy

Juiz Federal, junto ao Tribunal Regional Federal da Quarta Região, desde 2002. Pós-Doutor, doutor e mestre em Direito Ambiental. Professor nos programas de Pós-Graduação e de graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). *Visiting Scholar* pela *Columbia Law School (Sabin Center for Climate Change Law)* e professor visitante de direito ambiental na *Universität Heidelberg (Instituts für deutsches und europäisches Verwaltungsrecht)*. É professor na Escola Superior da Magistratura Federal (Esmafe), professor convidado na Universidade de São Paulo (USP) e em outras instituições de ensino em nível de pós-graduação na disciplina de Direito Ambiental. Autor de diversos artigos na área do direito ambiental no Brasil e no exterior e, entre outros, do livro *Manual de Direito Ambiental*: de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores. Pesquisador-bolsista da Capes-CNPq. Diretor de Assuntos Internacionais do Instituto O Direito por Um Planeta Verde. Articulista na coluna Ambiente Jurídico da *Revista Consultor Jurídico (Conjur)*. Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) (biênio 2010-2012). Representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil no Conselho da Justiça Federal (biênio 2010-2012) e no Conselho Superior do Prêmio Innovare (biênio 2010-2012). Presidente da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul (Ajufergs/Esmafe) (biênio 2008-2010). Foi Juiz de Direito no Estado do Rio Grande do Sul (2002) e membro do Tribunal de Ética e Disciplina e da Comissão de Defesa de Direitos e das Prerrogativas do Advogado da Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional Rio Grande do Sul) durante os cinco anos em que exerceu a advocacia (janeiro de 1997-junho de 2002).

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
VLADIMIR PASSOS DE FREITAS	13
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	
JOSÉ RUBENS MORATO LEITE	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO: HISTÓRICO, EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E CONCEITO	25
1.1 O princípio da precaução no plano legislativo internacional	25
1.2 O princípio da precaução na Constituição Federal de 1988 e no plano infraconstitucional	34
1.3 Conceito	39
1.4 Distinção entre o princípio da precaução e o princípio da prevenção	48
1.5 Elementos do princípio da precaução	61
1.5.1 Incerteza científica	61
1.5.2 Risco de dano	67
1.5.3 Inversão do ônus da prova	73
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO: CAUSALIDADE E CRÍTICA	81
2.1 Causalidade e o princípio da precaução	81
2.1.1 Causalidade natural e o princípio da precaução	82
2.1.2 Causalidade jurídica e o princípio da precaução	88
2.2 Análise da crítica ao princípio da precaução	102
2.3 A evolução de Sunstein: o procedimento da análise do custo-benefício humanizado e ecologicamente responsável e a aplicação do princípio da precaução	113
CAPÍTULO 3	
O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	121
3.1 O princípio da precaução e direitos socioambientais: princípio da proporcionalidade (vedação de excesso e de inoperância)	121
3.2 Responsabilidade civil do Estado por dano ambiental em face da aplicação excessiva ou inoperante do princípio da precaução	133
3.3 Aplicação do princípio da precaução pelo Poder Judiciário brasileiro	145
3.3.1 Análise de <i>leading case</i> do Supremo Tribunal Federal e posição atual em relação ao princípio da precaução	146
3.3.2 Aplicação do princípio da precaução no âmbito do STJ	172
3.3.3 Aplicação do princípio da precaução no âmbito do TRF da 4ª Região	177
CAPÍTULO 4	
O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NO MERCOSUL	185
CAPÍTULO 5	
O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRECAUÇÃO E A ATIVIDADE DE MINERAÇÃO NO BRASIL SOB A ÓTICA DO DIREITO DOS DESASTRES	199
5.1 Princípio da precaução e o desastre de Brumadinho	199
5.2 Da Política Nacional de Segurança de Barragens	205
5.3 A Agência Nacional de Mineração e a nova lei	207
5.4 Princípios constitucionais da educação ambiental e da precaução como norteadores da segurança das barragens	210
5.5 Desastre de Brumadinho e a responsabilidade ambiental civil, penal e administrativa	212

CAPÍTULO 6	
O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRECAUÇÃO E A POLÍTICA NACIONAL DA MUDANÇA DO CLIMA	217
CONCLUSÃO.....	227
À GUIA DE POSFÁCIO: O DEVER FUNDAMENTAL DE PRECAUÇÃO	
LENIO LUIZ STRECK	233
REFERÊNCIAS.....	239